

inscrições, destacando que possuíam conhecimento técnico e político para contribuir na construção e priorização de propostas. Disponibilizou o acesso ao formulário de inscrição e esclareceu que este permitiu a segmentação dos participantes por eixo temático. Informou que registraram mais de 300 (trezentos) inscritos para a conferência e que a expectativa foi atingir aproximadamente 500 (quinhentos) participantes. Concluiu destacando a importância do evento para consolidar um caderno de propostas, que subsidiou tanto a Conferência Nacional quanto a formulação de políticas públicas futuras. A Conselheira Ludmila/Cau/DF sugeriu que fizessem uma divisão por regiões administrativas para que houvesse melhor aproveitamento das propostas focadas nessas regiões. Apontou também a importância de elaborar uma consolidação das propostas apresentadas na conferência regional, considerando que surgiram muitas propostas semelhantes ou complementares. Glauco explicou que, como o Distrito Federal não é um estado nem um município, inicialmente não previram a realização de uma conferência regional. No entanto, a Sema/DF chegou a um entendimento com o Ministério do Meio Ambiente do Distrito Federal (MMA/DF) sobre a importância de realizar tal conferência, garantindo ampla participação popular e enriquecimento das propostas. Informou ainda que a comissão organizadora elaborou um caderno de propostas e o disponibilizou a todos. Além disso, decidiram manter a integridade das propostas, pois foram construídas dentro de cada eixo temático. Contudo, destacou que incentivariam a consolidação das propostas pelos próprios responsáveis durante um espaço específico na conferência. Sem mais colocações a Presidente passou para o Item 5 da pauta: Mudança na coordenação do Grupo de Trabalho criado pela Decisão 11/2024 – cria grupo de Trabalho para estudar o arcabouço legal relacionado ao uso e ocupação do solo e propor soluções de análise ambiental integrada, que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas e promovam a modernização do arcabouço legal em estudo. Brasília Ambiental e SO/DF. A Presidente passou a palavra para a Conselheira Nathalia/Brasília Ambiental, para explicação dos motivos da troca de coordenação do grupo de trabalho. Nathalia destacou o compromisso do Conselho em garantir segurança técnica nos processos de licenciamento e explicou que o grupo de trabalho foi criado para revisar o arcabouço legal, visando adaptar os projetos habitacionais às mudanças climáticas. Informou que o grupo iniciou suas atividades no primeiro semestre do ano anterior, realizou reuniões sistemáticas ao longo do segundo semestre e já elaborou algumas propostas normativas. No entanto, devido ao tempo dedicado ao trabalho, não poderá mais coordená-lo. Assim, a Conselheira Natália da Secretaria de Obras – SO/DF assumirá a condução, enquanto ela continuará como membro. A Conselheira Natália/SO/DF agradeceu pela condução da Coordenadora e informou que a SO/DF dará suporte administrativo, mantendo a metodologia já aplicada. Destacou que a Brasília Ambiental utilizava um método ágil e eficaz, garantindo ampla participação. O Conselheiro Luciano/Sinduscon parabenizou a Conselheira Nathalia pela dedicação e anunciou a renúncia do Sinduscon/DF do grupo de trabalho, informando que oficializaria posteriormente. A Conselheira Regina/Fórum de ONGs questionou a mudança na coordenação e manifestou preocupação com a estrutura e os resultados do grupo, ressaltando a competência do Brasília Ambiental para a função. A Conselheira Nathalia esclareceu que, na criação do grupo, o Brasília Ambiental não se voluntariou inicialmente, mas assumiu a coordenação após solicitações. No entanto, devido a demandas internas acumuladas, a mudança tornou-se necessária. A Conselheira Regina sugeriu que futuras alterações de coordenação sejam decididas pelo próprio grupo de trabalho. Por fim, a Presidente submeteu à votação a transferência da coordenação do grupo de trabalho para a Natália/SO/DF e que durante a vigência do GT, caso seja necessária mudança na coordenação do grupo de trabalho, a decisão de nova coordenação será decidida no âmbito do GT, aprovado por unanimidade. A Presidente passou para o item II da pauta. Informes. A Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para os informes. O Conselheiro Luciano/Sinduscon informou que, no dia 18/02, às 9h, o Sinduscon/DF promoverá um debate sobre o PDOT, convidando todos os Conselheiros para participarem, destacando a importância do tema para os projetos debatidos no CONAM/DF. O Conselheiro Vladimir/Caesb anunciou seu desligamento da Caesb, por estar se aposentando, após 38 anos de serviço, agradecendo a todos os membros do CONAM/DF e desejando sucesso ao novo superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da empresa, Glênio, que assumirá a função ao lado do Presidente Luiz Antônio. O Conselheiro Manoel/Ibama sugeriu que o PDOT seja incluído na pauta da próxima reunião do CONAM/DF, considerando sua relevância e as notícias de que o tema será encaminhado à Câmara Legislativa no meio do ano. Destacou que também solicitou a discussão do tema no Conselho do Parque Nacional e da APA do Planalto Central. A Conselheira Nathalia/Brasília Ambiental, em nome do Presidente do Brasília Ambiental, solicitou a realização de uma reunião extraordinária dentro de duas semanas, para apreciação de um processo referente ao parcelamento de solo Residencial Sobradinho 2, de interesse da Terracap, que não pôde ser encaminhado a tempo para a reunião atual. Aproveitou para reforçar a fala do Conselheiro Manoel e sugerir a inclusão do debate sobre o PDOT na pauta da reunião extraordinária. A Conselheira Regina/Fórum de ONGs solicitou que a apresentação do processo de parcelamento de solo fosse realizada de forma mais detalhada, destacando a dificuldade enfrentada por alguns Conselheiros na elaboração dos relatórios, devido à complexidade dos processos. Ressaltou que tais processos costumam ser extensos e desafiadores, especialmente considerando o tempo geralmente concedido para análise pelos relatores. A Presidente submeteu a votação a proposta de que a reunião extraordinária ocorresse no dia 25 de fevereiro de 2025, aprovado por unanimidade. A Conselheira Ludmila/CAU/DF propôs que, na próxima reunião, sejam convidados os coordenadores dos eixos, especialmente os de Meio Ambiente e Territórios Resilientes, para apresentarem ao pleno os itens em discussão e os pontos já consolidados. Sugeriu, ainda, que o CONAM/DF possa contribuir e, eventualmente, participar dessas reuniões, solicitando a disponibilização do calendário de

reuniões dos referidos eixos para conhecimento de todos. A Conselheira Regina/Fórum de ONGs resgatou a sugestão feita no ano anterior sobre a promoção de um encontro entre o CRH/DF e o CONAM/DF, com o objetivo de identificar cenários e alinhar propósitos em torno de objetivos comuns. Destacou que, com a transferência da Secretaria Executiva do CRH/DF da SEMA/DF para a ADASA, tornou-se ainda mais necessária essa convergência. Solicitou, assim, que a SEMA/DF promovesse uma reunião ordinária ou extraordinária para tratar da integração entre os dois conselhos, ressaltando que, no ano anterior, houve apenas uma reunião ordinária do CRH/DF. Finalizada a pauta e os informes, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
Presidente do CONAM/DF

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, ocorreu a 80ª reunião extraordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – Conam/DF realizada na forma presencial, na sala plenária, Edifício Sede da FIBRA, localizada no 2º andar, SIA - Trecho 3, Lote 225, Brasília/DF, atendendo à convocação do seu presidente, o senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, GUTEMBERG GOMES, quem presidiu a reunião. Fizeram-se presentes os conselheiros: ADAUTO SANTOS DO ESPÍRITO SANTO (ABES/DF), ADELINO JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR (PM/DF), ADRIANA ALVES CHAVES (SEDET/DF), ALBATÊNIO RESENDE GRANJA (TERRACAP), ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES (SO/DF), ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT (CAU/DF), ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO (SEAGR/DF), AQUILES RATTI ALENCAR BRAYNER (SEDES/DF), DÉBORA TOMAZ CANTUÁRIA CLEMENTE (CREA/DF), ERICK MARCEL E SILVA VIANA (ADEMI/DF), GENILSON ALVES DUARTE (SEMA/DF), GUILHERME DA SILVA PEREIRA (CREA/DF), JOÃO DALDEGAN SOBRINHO (CCAS), JOÃO SUENDER MOREIRA (SES/DF), KATIANA RODRIGUES DE SOUZA (SEE/DF), LUCIANO DANTAS DE ALENCAR (SINDUSCON), MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF), MARCELO R. WOLTER GUIMARÃES (CAESB), MARIA CONSOLACION UDRY (OCA DO SOL), MAURÍCIO SHOJI HATAKA (SEEC/DF), NATHALIA LIMA DE ARAÚJO ALMEIDA (BRASÍLIA AMBIENTAL), OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN (FIBRA/DF), PAULO ROBERTO CORREA TAVARES (FECOMERCIO), PETER OTÁVIO COSTA (OAB/DF), REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DE ONGS), TAMARA FRANCO SCHMIDT (CACI/DF), TATYANE SOUZA NUNES RODRIGUES (UCB) e TEREZA DA COSTA FERREIRA LODER (SEDUH). Participaram como ouvintes: DÉNIO AUGUSTO DE O. MOURA (MPDF), GRAHAL BRINATTI (ICMBIO), HIAGO STUART BRITO FARECO (SEMA/DF), JULIANA COELHO (SEDUH), LUSIANA CARVALHO (SEDUH) e RUBENS DO AMARAL (SO/DF). A reunião foi coordenada por MARICLEIDE MAIA SAID (SEMA/DF). Confirmado o quórum necessário para segunda convocação, O Presidente cumprimentou a todos, deu boas vindas e declarou aberta a sessão. O Presidente iniciou com o item I da Pauta. 1 – Deliberações. Item 1: Processo 00391-00013206/2017-63 - 163759040 - 163483223 - Licenciamento Ambiental do Parcelamento de Solo denominado RESIDENCIAL SOBRADINHO (de interesse da TERRACAP) – Distribuição para Relatoria. O Presidente Convidou a Conselheira Nathalia/Brasília Ambiental para fazer a apresentação. Nathalia relembrou o momento atual do processo de parcelamento do solo na região entre Sobradinho 1 e 2. Informou que já houve a análise do estudo ambiental e que a fase atual é a de licenciamento prévio, sendo esta a etapa em que o Conselho se manifesta em casos que exigem a elaboração do EIA/RIMA. Ressaltou que, por se tratar de um parcelamento superior a 60 hectares, o estudo foi elaborado e encaminhado ao Conselho. Explicou que o projeto tem finalidade habitacional e é de interesse da Terracap. Apresentou a localização da gleba, destacando sua inserção na APA do Planalto Central, em Zona de Uso Sustentável, onde a permeabilidade mínima exigida é de 50%. Destacou ainda que o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) impõe diretrizes específicas para o desenvolvimento do projeto, conforme disposto no artigo 17 do regulamento. Foram apresentados mapas de riscos ecológicos, indicando que a gleba apresenta riscos médios e baixos para recarga de aquíferos, baixos para erosão, e variados para contaminação do subsolo e perda de remanescente de cerrado. Informou que a versão atual do projeto já sofreu alterações desde sua concepção inicial em 2018, quando o EIA/RIMA foi aprovado, mas sem viabilidade para licença prévia naquela ocasião. Explicou que questões relacionadas à infraestrutura e autorização do ICMBio impediram o avanço na época. O projeto foi retomado pelo governo com mudanças no desenho urbanístico, mantendo, contudo, sua proposta original. Apresentou a composição do parcelamento, destacando a destinação dos lotes e a caracterização fundiária, sendo um imóvel da Terracap. Esclareceu que a permeabilidade do projeto atende à exigência mínima de 50,11%. Explicou que, na fase de licença prévia, a viabilidade técnica do projeto é analisada, com manifestação das concessionárias de serviços públicos. Informou que CEB, Neoenergia e Caesb não identificaram impactos significativos com as alterações do projeto. Entretanto, a Novacap apontou impacto na localização das bacias de drenagem, considerando a mudança na versão atualizada. Pontuou que o EIA/RIMA já previa a necessidade de adoção de alternativas sustentáveis para drenagem pluvial. Informou que a versão atual do projeto ainda não apresentava uma solução clara para essa questão, principalmente em função da possível existência de uma nascente na área. Ressaltou que a Adasa emitiu outorga prévia para dois pontos de lançamento de drenagem, renovando as outorgas concedidas inicialmente em 2018. Quanto às anuências e autorizações ambientais, informou que o projeto tangencia unidades de conservação

federais e tramitou na Superintendência de Gestão de Unidades de Conservação do Brasília Ambiental. Destacou duas diretrizes estabelecidas pelo órgão: atenção especial ao Córrego Brejo do Lobo, a fim de minimizar a supressão da vegetação, e direcionamento da compensação ambiental para benefício das unidades de conservação existentes. Abatênio/Terracap informou que se iniciou o estudo classificando duas áreas como área de parcelamento condicionado, conforme sugestão durante a elaboração do EIA/RIMA. A área não era da Terracap, mas particular, o que causou dúvidas e atrasos no projeto, datados de 2018/2019. A proprietária entrou na justiça para resolver a questão da localização da área, o que foi posteriormente definido. Também houve problemas de comunicação com diversas áreas do ICMBio, mas estes foram resolvidos. A área foi reconfigurada com grandes lotes, sugestão discutida com o ICMBio e aceita na autorização de licenciamento ambiental emitida no ano passado. Quanto à nascente, aprimoraram os estudos e se verificou que o lago não é uma nascente, mas sim abastecido artificialmente. O ICMBio e o Brasília Ambiental recomendaram a continuidade dos estudos para confirmar a posição da nascente, garantindo que, independentemente de sua localização, não haverá interferência no empreendimento. Nathalia/Brasília Ambiental Apontou que no parecer da SUCOM, verificou-se que o projeto atendeu as diretrizes definidas, considerando que a área ainda estava desocupada. Contudo, a probabilidade de mudanças na mancha de APP poderia ocorrer. A compensação florestal seria revisada na fase de instalação. Em relação à APA do Planalto Central, a autorização do ICMBio incluiu condicionantes, que devem ser cumpridas pela Terracap para dar continuidade ao licenciamento. Destacou-se a condicionante que exigia um plano de drenagem pluvial que não interferisse nas APPs e a necessidade de submeter futuros parcelamentos a nova análise do ICMBio. Também, as intervenções nas APPs deveriam ser mínimas, observando a utilidade pública ou interesse social. Regina/Fórum de ONGs questionou sobre a necessidade de definir diretrizes relacionadas à APP e à nascente do Córrego Brejo do Lobo desde o início, em vez de deixar para depois. Nathalia/Brasília Ambiental informou que se trabalhou com a hipótese do pior cenário, que era a vedação de dispositivos de amortecimento em áreas de preservação permanente. Embora tenham existido divergências técnicas nos dados apresentados pela Terracap, a equipe verificou que o laudo não fornecia elementos suficientes. Por isso, se decidiu trabalhar com a proibição expressa, garantindo a viabilidade do projeto sob essas condições. A viabilidade dependeu de atender integralmente a essa restrição. A Terracap terá que definir claramente a mancha de APP e a localização das bacias fora dessas áreas de preservação. Regina/Fórum de ONGs questionou quais foram as alterações fundamentais em relação aos dados do EIA/RIMA, do ponto de vista deste empreendimento, o que mudou em relação ao EIA/RIMA anterior que precisaria ser revisto e por que não solicitar à Terracap que providencie a atualização do EIA/RIMA. Nathalia/Brasília Ambiental informou que o EIA/RIMA não teve mudanças significativas em relação ao seu conteúdo e aos dados de campo, pois o que ocorreu foi apenas uma inversão dos lotes. Os lotes que estavam desocupados eram os de cima, na área cinza, e os que passaram a ser desocupados foram os do meio. Isso foi muito melhor para o projeto, pois as ocorrências da nascente estão no centro da gleba, indo para a posição Sudeste. Essa mudança foi benéfica para o projeto. Em termos de diagnóstico, não houve alteração nas coletas de dados nem nas soluções pensadas, que continuaram as mesmas da versão anterior. O projeto foi redesenhado apenas em termos de lotes, mas a concepção e os parâmetros de ocupação permaneceram inalterados. As atualizações de informações ocorreram ao longo do licenciamento, iniciado em 2018, com diversas atualizações de documentos. Um ponto importante foi a necessidade de atualização do relatório técnico sobre o levantamento de fauna, solicitado desde o ano passado. Apontou que recebeu uma atualização específica para esse aspecto, pois, durante a vigência do projeto, os procedimentos de fauna no Brasília Ambiental foram alterados significativamente. Portanto, essa atualização foi realizada. Em relação aos dados de campo, como diagnóstico de solo, geologia e recursos hídricos, as informações se mantiveram praticamente as mesmas. A única informação que não nos convenceu tecnicamente foi o mapeamento das APPs. Continuamos pedindo atualização, mas até o momento, optamos por um cenário restritivo e conservador. Essa condição significa que, em caso de dúvida, não realizaremos qualquer intervenção nas áreas de preservação permanente, principalmente em relação aos reservatórios. A atualização dos estudos continuará ocorrendo a partir deste momento, com a definição dos reais limites das APPs. Abatênio/Terracap complementou a questão do sistema de drenagem de forma clara, não há como fugir. Ou seja, basicamente há três situações: se houver uma nascente, o sistema não pode ocupar, devendo estar a pelo menos 50 metros de distância. Em caso de córrego, a distância mínima é de 30 metros, e em vereda, deve-se ficar ainda mais distante que os 50 metros. Caso contrário, as bacias de drenagem não serão viáveis. Do ponto de vista da engenharia, mesmo que não haja essa regra, sabemos que a bacia não será viável. Não vemos problemas em fazer esse tipo de conferência e monitoramento em qualquer empreendimento. Inclusive, se a liberação se der até maio, mês mais seguro para essas análises, pode ser implantado os dispositivos de monitoramento. Regina/Fórum de ONGs demonstrou preocupação em relação a essa reanálise do EIA/RIMA, citou uma análise feita pelo Conselheiro Aduato/Abes/DF, no Residencial Hibisco, onde a topografia implicava em uma ocupação completamente diferente do ponto de vista sistêmico. Então, quando houve a mudança de localização de uma ocupação, a integração com o território, a topografia e o cenário foi observada, questionou sobre a necessidade de reavaliação sistêmica em relação a essa ocupação. Nathalia/Brasília Ambiental respondeu que o estudo ambiental atualizado no momento não precisou ser revisto, pois, os técnicos analisaram a atualização do projeto com base nas novas informações e foi feita a avaliação necessária. O próprio ICMBio, ao avaliar a alteração, manifestou-se a favor da autorização do licenciamento ambiental. Essa mudança foi benéfica, pois, o impacto foi minimizado. Não significa que o aspecto não tenha sido considerado, mas ele não foi

reapresentado na fase de diagnóstico, pois os elementos apresentados foram suficientes para afirmar que a alteração foi vantajosa. Não há necessidade de reapresentar no EIA/RIMA, pois foi uma avaliação do corpo técnico do Brasília Ambiental e do ICMBio. Antecipando a questão da fauna, fizemos algumas recomendações para que fosse incorporada à licença, devido à alteração nas legislações e procedimentos de fauna. Nathalia Concluiu apontando que, considerando toda a problemática discutida, o projeto tem viabilidade. A emissão da licença prévia garante a viabilidade do projeto, desde que as condicionantes sejam atendidas. Ressaltou que a viabilidade não é absoluta nem congelada no tempo. O tempo passa, e a viabilidade é ajustada conforme o cenário e a legislação vigente. As condições em relação às APPs foram devidamente enumeradas, destacando-se a necessidade de apresentar os limites das áreas de preservação permanente em até 180 dias e a vedação da instalação de bacias nessas áreas. Essas condicionantes são fundamentais para o projeto, e é essencial que sejam cumpridas para garantir a viabilidade. O projeto continuará com as exigências do parecer técnico 21, relacionadas à fauna, e com as condições da autorização ICMBio ala 16. A Conselheira Maria Consolación/Oca do Sol fez uso da fala e sugeriu que a Terracap colaborasse apresentando soluções baseadas na natureza para a drenagem do projeto ao longo da relatoria. Além disso, destacou a necessidade de tratamento dos efluentes antes do despejo nos córregos, ressaltando que a água não poderia ser lançada diretamente nos afluentes sem tratamento prévio. Enfatizou que essa prática geraria contaminação e aumentaria o efeito de diluição dos córregos, defendendo que o tratamento deveria ocorrer no local, garantindo que a água despejada estivesse limpa. afirmou que esse custo deveria ser arcado pelo empreendedor, considerando a existência de tecnologias adequadas para esse fim, e se colocou à disposição para disponibilizar uma solução tecnológica para o tratamento. Em seguida, Abatênio/Terracap esclareceu que, desde 2019, a Terracap vinha aprimorando os sistemas de drenagem em seus empreendimentos, em parceria com a Novacap. Mencionou que alguns projetos já utilizavam Unidades de Qualidade de Águas (UQAs) para atender à norma da Adasa, garantindo uma vazão de pré-desenvolvimento de 24,4 L por hectare. Informou que a QR 60 adotaria o sistema padrão americano e canadense de drenagem, incluindo bacias de retenção enterradas, já homologadas pela Novacap. Ressaltou que a Novacap, desde o ano passado, iniciou um sistema de monitoramento e limpeza, adquirindo equipamentos específicos para esse fim. Explicou que, no momento, o projeto encontrava-se na fase de Licença Prévia (LP), sendo que o detalhamento executivo incluía unidades de rebaixamento de canteiros e trincheiras drenantes. Citou que, no empreendimento do Jôquei, além das bacias de retenção, já estavam sendo utilizadas trincheiras e canteiros rebaixados semelhantes aos do setor Noroeste, garantindo maior eficiência na infiltração e na recarga do aquífero. Por fim, destacou que a Terracap vinha aprimorando o uso de bacias infiltrantes, que não possuíam lançamento direto nos corpos hídricos. Sem mais colocações, o Presidente abriu a palavra para que os Conselheiros se candidatassem à relatoria. As instituições que se candidataram foram: Seduh/DF, CCAS/DF, Sinduscon/DF, OAB/DF, SO/DF, Cau/DF, Caci/DF, Fórum de ONGs, Oca do Sol e Seagri/DF. Ficou decidido que a Coordenação ficaria a cargo da Seduh/DF. Quanto a data para apresentação da relatoria se sugeriu que seja feita no dia 08/04/2025 na 178ª RO do CONAM/DF. O Presidente submeteu à votação, sendo aprovada por unanimidade. O Promotor Dênio/MPDFT agradeceu a condução democrática da reunião e solicitou a palavra para esclarecer uma dúvida ao Brasília Ambiental e fazer uma consideração aos relatores. Informou que a poligonal do Parque do Jequitibás teria sido alterada, passando de aproximadamente 11 hectares para mais de 100 hectares. Acrescentou que, junto a essa proposta, a sociedade civil organizada apresentou um plano de interligação entre diversas unidades de conservação da região. Ressaltou que, enquanto a ampliação da poligonal foi aprovada, a proposta de interligação ainda estaria em tramitação no Brasília Ambiental. Por fim, solicitou que os relatores considerassem essa questão na análise, verificando se o estudo ambiental contemplou a nova poligonal e a possibilidade do corredor ecológico, destacando sua importância para o DF. A Conselheira Nathalia informou que o ponto apresentado pelo Promotor Dênio/MPDFT não havia sido avaliado. Recomendou que a relatoria solicitasse essa informação à Seduh/DF para dar celeridade ao processo e permitir que o tema fosse debatido com dados corretos ao longo dos trabalhos. Passou para o item 2 da pauta - Apresentação dos estudos em curso do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT/DF, Eixo Ambiental / Território Resiliente - SEDUH/COPLAN. O Presidente convidou a equipe da Seduh/DF para realizar a apresentação. A Conselheira Juliana/Seduh/DF apresentou um panorama geral sobre a revisão do PDOT, destacando que se trata de um instrumento básico da política urbana que abrange toda a área do Distrito Federal. Explicou que a revisão se iniciou no final de 2018, com seminários de capacitação, e teve sua metodologia definida em 2019. Em 2020 e 2021, foram realizadas reuniões virtuais e oficinas temáticas, com a participação da população. Em 2022, houve sistematização das informações e reuniões com técnicos das administrações regionais para testar a metodologia das oficinas participativas, realizadas em 2023. Em 2024, foram conduzidas duas audiências públicas e reuniões dos Grupos de Trabalho Internacional (GTI). Informou que, a partir de março, haverá um retorno à população para apresentação das propostas preliminares, com possibilidade de contribuições por meio do site oficial. Além disso, ocorrerão reuniões de macrotema em março e abril, seguidas de uma reunião pública para consolidar as propostas. A minuta do projeto de lei complementar deverá ser finalizada até o final de maio, com audiência pública prevista para junho. Por fim, ressaltou que a revisão do PDOT foi estruturada em oito eixos, sendo os temas 'território resiliente' e 'participação social e governança' considerados transversais a todos os demais. Em seguida, Rubens/Seduh/DF deu continuidade à apresentação e informou que assumiu a coordenação do eixo de resiliência territorial no PDOT no final do ano anterior. Explicou que os estudos adotaram como referencial o planejamento ambiental

compreensivo de McHarg, soluções baseadas na natureza e ecologia da paisagem, além de normativos internacionais da ONU e planos nacionais de mitigação e adaptação climática. Destacou que a revisão do PDOT busca incorporar estratégias de resiliência territorial ao planejamento urbano, considerando tanto a resiliência climática quanto sociológica. Apresentou os principais desafios, incluindo incêndios florestais, crise hídrica e erosão, e ressaltou a necessidade de incorporar unidades hidrográficas ao planejamento territorial. Mencionou a importância de desenvolver infraestrutura verde em escala regional, promover justiça climática, equidade social, arborização urbana e estratégias de compensação financeira para grupos vulneráveis. Enfatizou a integração de políticas públicas para resiliência climática, a necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa e a implementação de soluções sustentáveis para adaptação ao aquecimento global. Reiterou que a proposta ainda está em construção e aberta a contribuições, sendo encaminhada ao GTI para consolidação. Quanto as diretrizes gerais relacionadas à resiliência territorial no PDOT. Destacou a necessidade de normativas para o planejamento por unidade hidrográfica e a integração do planejamento territorial do DF. Propôs a criação de instrumentos de resiliência para avaliar o cumprimento das contribuições distritais determinadas e sugeriu um modelo de co-design colaborativo entre os órgãos envolvidos, denominado 'neodesigner', para o planejamento territorial. Entre as diretrizes abordadas, destacou a promoção da agricultura urbana sustentável, o zoneamento socioambiental considerando categorias de risco e a incorporação da gestão de riscos climáticos nos diversos planos. Ressaltou a importância da avaliação contínua de indicadores e desempenho, capacitação profissional na área de planejamento ambiental e a criação de bancos de dados integrados para aprimorar a resposta a áreas de risco. Mencionou que as propostas estão alinhadas com iniciativas recentes, como a comissão que elaborou o decreto de emergência climática. No âmbito da mitigação climática, enfatizou a necessidade de estudos sobre transição para energias renováveis, eficiência energética, gestão de resíduos, agricultura sustentável, compensação de gases de efeito estufa e economia circular. Apontou como focos específicos de ação a mudança no uso da terra, mobilidade, resíduos sólidos, efluentes e energia elétrica. Quanto à adaptação climática, apresentou diretrizes como a integração transversal da adaptação climática nas políticas públicas, apoio a comunidades vulneráveis, proteção e restauração de ecossistemas e educação ambiental. Defendeu a adoção de soluções baseadas na natureza, ressaltando a importância da infraestrutura verde em detrimento da infraestrutura exclusivamente cinza, alinhando-se a metodologias de adaptação baseadas em ecossistemas. Citou como referência teórica Pierre Belanger e a infraestrutura da paisagem, ressaltando que solo, árvores e água são elementos essenciais para a resiliência territorial. Destacou que o planejamento deve priorizar soluções naturais que se adaptem às variações climáticas ao longo do tempo, promovendo um modelo híbrido de infraestrutura para aumentar a resiliência do território. Rubens destacou a importância da adaptação climática associada à justiça ambiental e ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente. Ressaltou que a melhor abordagem envolve a interligação híbrida entre infraestrutura cinza e infraestrutura verde, exemplificando com jardins de chuva integrados à drenagem tradicional. Informou que o marco regulatório de drenagem está em revisão, adotando o conceito de manejo sustentável de águas pluviais, o que reforça a necessidade de repensar o planejamento hidrológico de forma integrada. Mencionou que a estratégia climática deve abranger soluções para alagamentos, inundações, deslizamentos, erosão e incêndios, além da segurança alimentar. Apresentou um conjunto de estratégias de ação climática, incluindo planos, projetos e programas passíveis de incorporação ao PDOT, visando garantir a efetividade e possível vinculação a ações orçamentárias. Entre as propostas, destacou a Rede de Infraestrutura Verde e a Estratégia de Conectores Ambientais, que integram adaptação e mitigação climática. Explicou que essa abordagem deriva de metodologia acadêmica já aplicada ao DF e defendeu a necessidade de avaliar as áreas de proteção de mananciais dentro dessa estrutura. Propôs a incorporação do Anel de Drenagem do DF ao planejamento territorial, alinhando-se ao comando do ZEE como infraestrutura verde urbana. Mencionou a necessidade de absorver o Sistema de Áreas Verdes Permeáveis Intraurbanas do ZEE-DF no PDOT, conectando-se à rede de infraestrutura verde regional e à organização do espaço livre urbano. Destacou, ainda, o projeto de Refúgios Climáticos, que propõe o manejo da vegetação para maximizar o resfriamento urbano e mitigar ilhas de calor. Sugeriu o envolvimento da Novacap na implementação dessa iniciativa, associando-a a equipamentos de lazer para estimular a relação da população com áreas arborizadas. Informou que já estão em andamento discussões sobre o Plano Distrital de Agricultura Urbana e Periurbana, reforçando a importância da proteção dos agricultores na manutenção dos serviços ecossistêmicos e no combate à grilagem. Destacou a necessidade de integrar a adaptação climática aos Planos de Desenvolvimento Local, diretrizes urbanísticas e planos de intervenção urbana, bem como à estrutura do Plano Distrital de Gestão de Risco e Resposta a Eventos Climáticos Extremos. Apontou a modelagem de instrumentos de resiliência territorial como um eixo estratégico, indicando que o IPEDF já desenvolve pesquisas que podem ser aproveitadas para estruturação de programas específicos. Entre as iniciativas sugeridas, citou o Programa de Incentivo à Resiliência na População Rural, o Programa Produtor de Água da ANA e o Programa Distrital de Crédito de Carbono, aproveitando a legislação recente sobre o mercado regulado de crédito de carbono. Ressaltou, ainda, o desenvolvimento de um programa de valoração de produtos florestais do Cerrado, visando fortalecer a base produtiva agrícola e os serviços ecossistêmicos. Sugeriu a criação de um Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e de um Programa de Educação Climática Territorial. Enfatizou a necessidade de aprimoramento das bases de informações territoriais, propondo a criação de um Mapset de Planejamento Territorial para consolidar dados essenciais à gestão ambiental. Destacou que essa ferramenta poderá conter informações como umidade do solo, temperatura de superfície, fluxo de carbono, riscos de incêndio e

zoneamento climático, permitindo um planejamento mais eficaz do território. Foram discutidos os Instrumentos de Resiliência Territorial, incluindo o Fundo Distrital de Gestão de Riscos e Respostas a Eventos Climáticos, proposto na Lei de Emergência Climática. Também foi abordada a Avaliação de Impacto Climático e o potencial de prestação de serviços ecossistêmicos. Sugeriu-se um alinhamento com trabalhos da Sema/DF para integrar experiências anteriores. Destacou também a emissão de títulos verdes para infraestrutura, considerando corredores ambientais e o pagamento por serviços ambientais. Discutiu-se a possibilidade de implementação do IPTU Verde e da Cota Verde, atrelados a critérios ecológicos como permeabilidade e diminuição de temperatura. Foram mencionados instrumentos como a Cota Verde Edilícia e Urbanística e o Certificado de Produção Rural Verde (CPR Verde), além da necessidade de maior estudo sobre incentivos à criação de reservas particulares do patrimônio natural. Apontou que foi proposto trazer instrumentos do decreto de compensação florestal para o PDOT, visando fortalecer sua aplicação. Enfatizou-se a importância da Calculadora Verde para monitoramento das emissões e alocação orçamentária no PPA. Foram apresentados mapas preliminares sobre umidade topográfica e conservação hídrica, identificando áreas prioritárias para conservação e recarga aquífera. Também foram analisadas questões relativas ao impacto da vegetação na mitigação de ilhas de calor e na redução da temperatura urbana. Rubens destacou ainda a necessidade de revisão da ocupação territorial para integrar estratégias de infraestrutura verde. Foi sugerida a criação de diretrizes específicas para conservação da resiliência hídrica do DF e discutida a viabilidade de projetos urbanos voltados para esse fim. Apresentou um estudo sobre serviços ecossistêmicos, com base na Avaliação Ecossistêmica do Milênio, considerando regulação, provisão, cultura e suporte. Ressaltou-se a importância de métricas de ecologia da paisagem para orientar projetos e garantir a integridade ecossistêmica, promovendo o bem-estar humano e a segurança ambiental. Foram observadas manchas com alto desempenho em métricas da paisagem ao norte, bem como em Luziânia, onde se verificou grande conectividade entre os extratos de vegetação. No entanto, na bacia do São Bartolomeu, constatou-se uma maior heterogeneidade e menor conexão. As ocupações urbanas e rurais podem ter impactado essa estrutura, evidenciando uma demanda pelo fluxo regional de serviços ecossistêmicos. Foi ressaltada a importância da biodiversidade para a geração de serviços ecossistêmicos, destacando-se que elementos como drenagem, temperatura e umidade do ar fluem ao longo dos corredores ecológicos, impactando a população. Enfatizou-se que mosaicos podem ser estruturados para maximizar o fluxo de matéria e energia, garantindo assim a geração e distribuição eficiente dos serviços ecossistêmicos. Foi apresentada uma proposta preliminar da rede regional de infraestruturas verdes, destacando a necessidade de uma estrutura regional para sua implementação eficaz. No contexto do planejamento urbano, salientou-se a relevância da interlocução entre meio ambiente e desenvolvimento urbano. Para embasar a proposta, foi realizado um workshop com 24 especialistas, incluindo técnicos da Sema/DF e Sema/DF, resultando em diretrizes alinhadas ao PDOT e às reservas da biosfera do Cerrado. O design desenvolvido incluiu corredores ecológicos de 700 metros para fluxo de biodiversidade, corredores internos de 350 metros, manchas de suporte ecológico para proteção de nascentes e hotspots de processos ecológicos. Também foram incorporadas áreas de proteção de mananciais como buffers para resiliência hídrica e identificadas duas novas áreas de hotspot a serem protegidas, incluindo a região da Fercal, que concentra mais de 50% das árvores do Distrito Federal. A proposta passou por revisão e aperfeiçoamento, considerando diretrizes do ICMBio e ajustes no zoneamento da APA do Planalto Central. O mosaico ecológico foi projetado para ampliar a conectividade e a preservação da biodiversidade, resultando na criação de 15 mil novas conexões e no aumento de 19% das áreas não perturbadas. Os próximos passos envolvem a integração da proposta com estratégias territoriais de mobilidade e ruralidade, além da consolidação do projeto por meio das reuniões do GTI. Nathalia/Brasília Ambiental parabenizou a apresentação e ressaltou aos Conselheiros a importância de informações macro visuais, não apenas para diagnóstico, mas também para prospeção de cenários. Enfatizou a necessidade de instrumentos adequados para viabilizar a implementação das propostas e destacou a relevância do apoio à Sema/DF na construção desse processo dentro dos grupos do PDOT. Luciano/Sinduscon também parabenizou a apresentação e o Presidente do CONAM/DF por trazer o tema ao Pleno. Reforçou a fala da Conselheira Nathalia e salientou a importância da disseminação do tema para ampliar a participação e contribuição na construção deste processo. Manoel/Ibama agradeceu a inclusão do tema na pauta do CONAM/DF e destacou a relevância da Conferência Distrital de Meio Ambiente. Ressaltou a necessidade de um olhar ampliado sobre o PDOT e sua abordagem dentro das reuniões do CONAM/DF, do Parque Nacional e da APA do Planalto Central. Apontou a importância de uma participação ativa do Conselho nesse processo e a necessidade de reflexão sobre o tempo destinado ao debate do PDOT. Chamou atenção para a incorporação da educação climática na Política Nacional de Educação Ambiental, destacando a necessidade de clareza terminológica entre áreas de proteção ambiental (APA) e áreas de preservação permanente (APP), uma vez que possuem origens legais distintas. Por fim, enfatizou a importância do envolvimento das Condemas nas discussões territoriais e sugeriu que representantes locais sejam convidados para as reuniões do CONAM/DF quando o tema abordar suas respectivas regiões administrativas. Mencionou ainda a necessidade de maior aproximação com a sociedade civil para ampliar o diálogo e fortalecer a participação pública no processo de planejamento ambiental. Maria Consolacion/Oca do Sol expressou emoção diante do trabalho científico e técnico apresentado, destacando a importância da proposta de resiliência e da visão de futuro para a capital. Mencionou quatro pontos principais. Em primeiro lugar, reforçou a necessidade de ampliação da participação no projeto, conforme mencionado por Rubens, enfatizando que, para que ele seja verdadeiramente coletivo, é essencial levar o conhecimento técnico

sobre o território a cada RA e Condemna. Defendeu a inclusão de universidades e secundaristas locais no debate para garantir a apropriação do conhecimento pela sociedade. Em segundo lugar, abordou a questão da segurança alimentar e nutricional, ressaltando que a preservação das zonas rurais é fundamental para essa garantia. Destacou que tais áreas vêm sendo gradativamente ocupadas por zonas urbanas e que o mapa do PDOT deve delinear de forma clara a opção governamental pela manutenção das zonas rurais. Em terceiro lugar, citou um exemplo prático do impacto urbano sobre o bem-estar da população. Relatou sua visita ao Paranoá Parque, onde identificou um contraste entre os conceitos debatidos e a realidade local. Mencionou que galpões comerciais vêm sendo construídos ao lado das hortas urbanas, comprometendo a qualidade ambiental e a visibilidade das moradias. Ressaltou a importância de ações concretas para evitar esse tipo de transformação urbana desordenada. Por fim, mencionou a situação da Serrinha do Paranoá, onde, após anos de luta para manter a paisagem preservada, há uma crescente pressão para urbanização, impulsionada pela Terracap. Destacou que planos urbanísticos estão sendo elaborados sem considerar o desenho hidrográfico da região, resultando em intensa ocupação do território. Criticou a ausência de fiscalização e ações preventivas, alertando para o risco de que o planejamento ambiental se torne apenas um ideal distante da prática. Enfatizou a urgência de mobilizar a população, estudantes e universidades para garantir a implementação efetiva das diretrizes propostas. A Conselheira Angelina/Cau-DF destacou a importância da equipe da Seduh/DF e elogiou a abordagem inovadora do projeto. Ressaltou a necessidade de aplicar conceitos urbanísticos contemporâneos e criticou a persistência de práticas ultrapassadas nos debates institucionais. Enfatizou que as universidades e os profissionais em formação deveriam contribuir mais ativamente para a implementação de novos paradigmas. Mencionou sua preocupação com a falta de conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relatando que, em uma palestra recente, os alunos demonstraram desconhecimento sobre o tema, apesar de sua inclusão nos currículos escolares. Defendeu a disseminação dos conceitos do PDOT e sugeriu que a Seduh/DF promovesse sua aplicação em todas as regiões. Pontuou a supressão de vegetação arbórea em Brasília e destacou a necessidade de um planejamento territorial integrado, evitando enfoques isolados que comprometam a continuidade ecológica e territorial. Enfatizou a importância de incluir corredores ecológicos para garantir a conexão entre diferentes áreas e preservar os recursos naturais. Comentou sobre a agenda prevista para discussão do PDOT até junho e sugeriu que a revisão fosse ampliada para incluir maior participação popular antes de sua tramitação na Câmara Legislativa. Parabenizou o projeto e expressou o desejo de que sua abordagem sistêmica influencie outras áreas do governo e legislações correlatas, como o PPCUB. Finalizou colocando-se, bem como o Cau/DF, à disposição para contribuir com o processo. A Conselheira Regina/Fórum de ONGs afirmou ter se sentido contemplada pelas falas anteriores das Conselheiras Maria e Angelina, resumindo sua contribuição. Agradeceu a apresentação e destacou a importância do estudo proposto, que considera o território de forma integrada, rompendo com a visão antropocêntrica predominante nos planejamentos tradicionais. Ressaltou que a proposta favorece a sensibilização para uma gestão territorial mais sistêmica. Observou que a construção desse novo arcabouço legal implicaria na revisão do ordenamento e da ocupação territorial, tornando-se um projeto de Estado, e não apenas de governo. Relatou preocupações manifestadas durante a conferência sobre a percepção negativa do PDOT e destacou a necessidade de reverter essa visão, garantindo um planejamento de longo prazo, sem viés imediatista. Apontou uma contradição entre a proposta do PDOT e os estudos demográficos sobre o crescimento populacional do DF, mencionando a existência de grandes vazios urbanos, inclusive no Plano Piloto, que poderiam ser aproveitados sem a necessidade de expansão para novas áreas. Propôs que o Conam/DF convidasse o Conselheiro Aduato, da Abes/DF, para apresentar seu estudo sobre essa temática, a fim de subsidiar as discussões e permitir uma análise mais aprofundada da compatibilidade entre o planejamento territorial e as projeções populacionais. Finalizou sugerindo a criação de um grupo permanente no âmbito do Conam/DF para tratar especificamente das questões relacionadas ao PDOT, garantindo maior apropriação da proposta pela sociedade civil e promovendo uma abordagem participativa no processo. O Promotor Dênio/MPDFT, destacou a recorrente dificuldade do Distrito Federal em transformar princípios e diretrizes em ações concretas. Ressaltou a desconexão entre os planos estratégicos e o orçamento público, citando levantamento recente que evidenciou a ausência de menção ao PDOT nos orçamentos dos últimos anos, exceto para a contratação da empresa responsável por sua revisão. Mencionou os Planos Diretores Locais (PDL), previstos há mais de uma década, mas ainda não implementados. Expressou preocupação quanto à efetividade do PDOT e questionou se elementos como as conexões ambientais, frequentemente abordadas em países mais avançados, estavam contempladas, referindo-se às tramas azul (água), verde (flora), marrom (solo) e negra (fauna noturna), esta última relacionada aos impactos da iluminação artificial sobre a biodiversidade. Pontuou como exemplo a relevância da elaboração de um mapa de ruído no DF, a fim de orientar diretrizes urbanísticas, especialmente em áreas sensíveis como regiões próximas ao aeroporto, onde requisitos específicos de isolamento acústico deveriam ser considerados. Ressaltou a necessidade de preservação da paisagem não apenas do ponto de vista visual, mas também cultural, citando como exemplo a região de Brasília, cuja identidade rural poderia estar sendo descaracterizada. Sugeriu a incorporação dos princípios do Tratado de Florença na revisão do PDOT, a fim de fortalecer a proteção paisagística e cultural. Enfatizou que a integração da mobilidade urbana com os demais eixos do planejamento é fundamental para evitar contradições que poderiam comprometer os avanços propostos. Alertou para o risco de surgimento de novos Parcelamentos Urbanos Isolados (PUS), os quais, segundo ele, representam células urbanas desordenadas que desfiguram a paisagem e impactam negativamente a infraestrutura e o meio ambiente. Apontou a importância da recente

regulamentação do Sistema Distrital de Trilhas e manifestou preocupação com possíveis impactos negativos da expansão de energia solar e eólica sem regulamentação adequada, sugerindo maior incentivo a soluções descentralizadas, como a captação de energia em residências, em detrimento de grandes usinas, que podem gerar impactos ambientais adversos. Por fim, relatou a existência de uma espécie de "revisão paralela" do PDOT, citando a proposta de revisão do Plano de Manejo da APA do Planalto Central como exemplo de antecipação indevida de diretrizes antes da finalização do novo PDOT. Criticou a possibilidade de aceleração do processo por motivos políticos, alertando para a necessidade de um debate minucioso, dada a urgência climática e a relevância do tema para os próximos anos. Finalizou questionando por que a revisão do PDOT não deveria passar pelo Conam/DF, assim como ocorre com os processos de parcelamento do solo, sugerindo que o tema fosse incluído na pauta de discussões. O Presidente concedeu a palavra a Rubens/Seduh/DF, para as considerações finais. Rubens iniciou agradecendo as contribuições apresentadas, destacando que os apontamentos foram devidamente anotados. Expressou satisfação ao perceber que a abordagem adotada no estudo foi bem recebida, ressaltando que a perspectiva humanista e centrada na qualidade de vida tem sido cada vez mais integrada ao planejamento territorial. Mencionou que o conceito de serviços ecossistêmicos vem sendo gradualmente reformulado, uma vez que a relação entre sociedade e natureza não deve ser tratada como uma prestação de serviço, mas sim como uma interdependência inerente. Referindo-se às colocações do Promotor Dênio, explicou que a infraestrutura verde abrange também as infraestruturas azul e marrom, sendo esta última um aspecto pelo qual possui particular interesse, devido ao seu papel na regeneração dos solos e na formação de redes ecológicas subterrâneas. Reconheceu a relevância da infraestrutura preta como uma nova dimensão a ser considerada. Sobre a paisagem cultural, afirmou que a inclusão desse tema no eixo de resiliência ainda será avaliada, mas enfatizou que diretrizes podem ser estabelecidas para os Planos Setoriais, o Plano de Arborização e os PIOS, de modo a integrar a preservação patrimonial às interfaces urbanas. Destacou sua experiência acadêmica na UFMG, onde desenvolveu estudos sobre patrimônio ambiental urbano, reforçando seu compromisso com a incorporação desse conceito no planejamento territorial. Quanto à questão do ruído, reconheceu a necessidade de diálogo com o Brasília Ambiental, considerando que os impactos não se limitam ao bem-estar humano, mas afetam também a fauna. Ressaltou que a biodiversidade se beneficia de uma abordagem mais capilarizada e integrada. Por fim, destacou a maturidade das propostas discutidas na conferência e reiterou que muitas delas convergem com os objetivos da Seduh/DF. Reconheceu que o processo de planejamento territorial é um desafio contínuo e que não há soluções simples para problemas complexos. Enfatizou que o PDOT deve ser um projeto de Estado e não apenas de governo, buscando garantir sua continuidade e evolução ao longo do tempo. Concluiu ressaltando a importância de concretizar o novo paradigma proposto, inserindo-o na legislação e promovendo amplos debates para sua efetiva implementação. Sem mais colocações o Presidente passou para o item II da pauta. Informes. O Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para os informes. A Conselheira Regina/Fórum de ONGs, manifestou inicialmente seus agradecimentos e elogios à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - Sema/DF e sua equipe, destacando o empenho de toda a equipe de funcionários integrantes na organização dos trabalhos. Destacou a atuação da Secretaria na condução das atividades, ressaltando a importância da presença constante do Secretário da Sema/DF em todas as salas de discussão, o que, segundo ela, fortaleceu o compromisso do Estado com a pauta ambiental e proporcionou maior engajamento da sociedade. Reconheceu os desafios enfrentados durante a conferência, especialmente devido ao elevado número de participantes, mencionando que foram registrados 841 inscritos. Enfatizou as dificuldades impostas pelos percentuais definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para composição das delegações, mas pontuou que, pessoalmente, optou por não se candidatar a delegada para a etapa nacional, entendendo que sua contribuição se encerrava naquele momento. Na sequência, apresentou suas propostas aprovadas no eixo de transformação ecológica, destacando que ambas dialogam diretamente com o Conselho. Informou que a primeira proposta, de número 41, foi aprovada com a seguinte redação: "Revisar o PDOT de 2009, fortalecendo a gestão das Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) com mecanismos eficazes para gestão ambiental". Esclareceu que a inclusão da menção às APMs foi resultado de uma ampla discussão, na qual se buscou garantir maior clareza e efetividade ao texto final. A segunda proposta, também aprovada, referia-se à criação de uma sala de situação permanente do clima, promovendo a integração dos conselhos CRH/DF, Conam/DF e dos Comitês de Bacia Hidrográfica Preto, Maranhão e Paranaíba-DF. Destacou que o objetivo dessa iniciativa é permitir uma análise sistêmica do território, visando a implementação de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como fomentar um pacto multissetorial pelo clima. Por fim, apresentou uma proposta de moção relacionada à realização da Primeira Conferência Ecológica do Distrito Federal. Explicou que a proposta busca ampliar a abordagem tradicional das conferências ambientais, adotando uma visão sistêmica que integre território, pessoas e os princípios da ecologia, de forma a fortalecer a pauta ambiental na sociedade. A proposta de Moção tem como justificativa a seguinte redação: Para Aqueles que ouvem o sussurro do vento, o clamor das águas e o pulsar da terra sob seus pés, Convocamos vocês a 1a | Conferência Ecológica do Distrito Federal | pela Transição Regenerativa, pelos Direitos da Natureza, pela proteção das Águas e do Cerrado Brasileiro erguemos um chamado! Que aconteça em espaços em contato com a natureza, sob as sombras das árvores, no coração de um parque, na serenidade de uma praça, ou na imensidão sagrada de uma floresta. Um encontro onde a escuta à natureza é nossa inspiração. Será uma Conferência comum, na qual caminharemos ao lado da sabedoria dos povos originários indígenas, afrodescendentes e quilombolas, que há muito nos disseram: o mal que fazemos à natureza, fazemos a nós

mesmos. É um encontro para os corações abertos, onde o espírito da vida pulsará nas palavras, nas ideias, nas escutas, nas partilhas. Este é o chamado da Mãe Terra, um grito que ecoa em nossas almas. Será um momento para nos curarmos juntos, e redescobriremos a sacralidade da vida em todas as suas formas. Sob as copas das árvores, conectados com o chão que nos sustenta, vamos apontar os caminhos: Na dimensão da ecologia individual, a reconexão consigo mesmo, nas relações com a teia da vida em suas múltiplas manifestações. Na dimensão da ecologia social - sentiremos e fortaleceremos as relações com a grande família dos filhos e filhas da Terra: reconhecimento de que só somos se formos juntos, uma grande família que integra a irmandade, para conquistarmos sistemas socio-econômicos que sirvam à vida e não a destruam. Na ecologia ambiental, a restauração da harmonia entre nós e o mundo natural, os espaços urbanos e rurais, a aceitação humilde de que somos parte de um todo maior. E que pertencemos a um território sagrado que nos permite viver, conviver! E na arte do encontro, poderemos vivenciar a redescoberta da nossa essência, o reencontro com a vida e o sagrado em tudo que nos rodeia. Esta Conferência Ecológica, sob as sombras das árvores, é mais que um símbolo: é um gesto de reconciliação, uma promessa de que podemos, juntos, nos reconectar com o que é essencial, com o que é vivo, com o que é eterno. Esta Conferência não é uma escolha, é um destino. É um apelo da Mãe Terra, para que possamos ouvir sua voz, seu canto que flui nas águas e no sopro que nos chega com a brisa. Um convite para formarmos um Pacto Ético de Cuidado. É um convite para que, como humanos, honremos pertencer a uma realidade múltipla e vasta em diversidade, para que a humanidade se salve de si mesma. Venha. Não como observador, mas como parte viva do movimento regenerativo. Plante em si a mudança que sonhamos para o mundo. E juntos, celebremos o início de um novo tempo, à sombra das árvores, no abraço da Mãe Terra. Em seguida o Conselheiro Manoel Ibama/DF no uso da fala manifestou preocupação quanto aos encaminhamentos decorrentes das discussões, solicitando que, conforme solicitado anteriormente, os materiais das Conferências sejam disponibilizados para os Conselheiros do Conam/DF. Em seguida, retomou questões levantadas pelo Promotor Dênio e por Regina, questionando qual será o papel do Conam/DF no processo de revisão do PDOT. Destacou que foi sugerida a criação de um grupo de trabalho para acompanhamento do tema e que houve questionamentos sobre a necessidade de o PDOT ser submetido ao Conselho, ressaltando a relevância dessas definições para o andamento do processo. Em relação a denúncias apresentadas durante a Conferência, citou a questão da usina termelétrica, cujo licenciamento é de competência do Ibama. Informou ter tomado conhecimento do empreendimento durante a Conferência e questionou qual será o papel do Conam/DF na análise do tema, considerando tratar-se de um licenciamento federal. Sobre o prazo para elaboração do relatório, destacou preocupação com o cronograma estabelecido, considerando que, caso a entrega ocorra no dia 8 de abril, haveria apenas 22 dias úteis para conclusão do documento. Ressaltou a necessidade de considerar prazos para envio prévio do material à Sema/DF, bem como períodos de feriados e eventos como o Carnaval, apontando a complexidade da análise, dado o número de integrantes envolvidos na relatoria. Por fim, agradeceu à Fibra pelo acolhimento durante o período em que as reuniões foram realizadas em sua sede. Ressaltou a importância da nova sede da Sema/DF no Parque Ecológico Burtle Marx, destacando que o decreto de criação do parque já previa a instalação da Secretaria no local. Mencionou ainda que, durante sua atuação no Ibama, a construção da sede foi estabelecida como condicionante no licenciamento do Setor Noroeste. Nesse sentido, solicitou que, em uma próxima manifestação da Secretaria, seja informado o andamento do processo para viabilização da sede, com vistas a garantir que o Conam/DF possa atuar dentro das instalações do Parque Ecológico Burtle Marx. Finalizada a pauta e os informes, o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião.

GUTEMBERG GOMES

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
Presidente do CONAM/DF

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - BRASÍLIA AMBIENTAL SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 36/2025 - IBRAM/PRESI

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61 do Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, bem como pela delegação de competências prevista na Instrução nº 38, de 11 de fevereiro de 2025, e em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/1997, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Licença Prévia para atividade de exploração de recursos hídricos, localizado no endereço Chácara Vera Lúcia, nº 239 - T, Lago Norte - RA - XVIII, registrado sob o CPF 119.***.***-00 de interesse de Haidee de Souza Neves, referente ao processo nº 00391-00002296/2018-48, conforme disposto na Manifestação - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-V (167954425)

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

VALTERSON DA SILVA

TRIBUNAL DE CONTAS

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 5417

Em 2 de abril de 2025, às 15 horas, reuniram-se os Desembargadores de Contas ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU VALE DA SILVA, MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA e ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA, o Desembargador de Contas Substituto VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, e o Presidente, Desembargador de Contas MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, que, verificada a existência de quórum, nos termos do art. 81 do Regimento Interno do TCDF, declarou aberta a Sessão Ordinária nº 5417, do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Ausente, em compensação de dia trabalhado durante o recesso regimental, a Desembargadora de Contas ANILCÉIA LUZIA MACHADO.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinárias nº 5416, Administrativa nº 1220 e Reservada nº 1531, todas de 26.03.2025.

O Presidente deu conhecimento ao Plenário do seguinte:

- Ofício-Circular nº 40/2025, do Gabinete da Presidência, informando a convocação do Auditor VINÍCIUS FRAGOSO para substituir a Desembargadora de Contas ANILCÉIA MACHADO, no dia 02.04.25, em conformidade com o art. 30, combinado com o art. 45, I, alínea "b", do RI/TCDF.
- Ofício-Circular nº 41/2025, do Gabinete da Presidência, expedido em retificação ao Ofício-Circular nº 29/2025, para informar que o Presidente não exercerá jurisdição no período de 09 a 11 de abril de 2025, em razão de sua participação na Reunião Anual de Secretariado Permanente de Tribunais de Contas, Órgãos e Organismos Públicos de Controle Externo da República da Argentina e da ASUR, a ser realizada na Argentina.
- Ofício nº 17/2025, do Gabinete da Desembargadora de Contas ANILCÉIA MACHADO, informando que a titular do referido gabinete usufruirá recesso, a título de compensação, no dia 02.04.25.
- Ofício nº 23/2025, do Gabinete do Desembargador de Contas ANDRÉ CLEMENTE, comunicando que o titular do referido gabinete participará do curso "IA Generativa Ativa: A Nova Fronteira do Controle Externo", promovido pelo Instituto Rui Barbosa - IRB, que será realizado no Instituto Sezerdello Corrêa, sediado em Brasília - DF, nos dias 3 e 4 do mês em curso.
- Ofício nº 238/2025, do Gabinete da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, comunicando que o Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA remarcou suas férias para os períodos de 13 a 21.05.2025, 22 a 27.05.2025 e 1º a 13.08.2025.
- Ofício nº 244/2025, do Gabinete da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, comunicando que a Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA cancelou suas férias previstas para o período de 1º a 16.04.2025, as quais serão remarcadas em data oportuna.

DESPACHO SINGULAR

Despacho(s) Singular(es) incluído(s) nesta ata em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 3º da Portaria nº 126/2002-TCDF.

Desembargadora de Contas Anilcélia Luzia Machado

Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes: PROCESSO Nº 3582/1994-e - Despacho Singular Nº 99/2025, Representação: PROCESSO Nº 00600-00003191/2022-15-e - Despacho Singular Nº 98/2025, Auditoria de Regularidade: PROCESSO Nº 00600-00006603/2022-61-e - Despacho Singular Nº 96/2025, Análise de Concessão: PROCESSO Nº 00600-00011254/2024-61-e - Despacho Singular Nº 102/2025, Licitação: PROCESSO Nº 00600-00000389/2021-58-e - Despacho Singular Nº 103/2025, Licitação: PROCESSO Nº 00600-00002478/2025-62-e - Despacho Singular Nº 100/2025, Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes: PROCESSO Nº 20735/2019-e - Despacho Singular Nº 106/2025, Representação: PROCESSO Nº 00600-00011419/2024-02-e - Despacho Singular Nº 101/2025, Análise de Concessão: PROCESSO Nº 00600-00013074/2024-13-e - Despacho Singular Nº 105/2025, Auditoria de Regularidade: PROCESSO Nº 00600-00003760/2023-03-e - Despacho Singular Nº 93/2025, Análise de Concessão: PROCESSO Nº 00600-00004472/2023-68-e - Despacho Singular Nº 107/2025, Análise de Concessão: PROCESSO Nº 00600-00003141/2025-72-e - Despacho Singular Nº 108/2025, Análise de Concessão: PROCESSO Nº 00600-00003127/2025-79-e - Despacho Singular Nº 109/2025.

Auditor Vinícius Cardoso De Pinho Frago

Tomada de Contas Especial: PROCESSO Nº 00600-00010493/2021-51-e - Despacho Singular Nº 29/2025, Tomada de Contas Especial: PROCESSO Nº 00600-00014660/2023-02-e - Despacho Singular Nº 30/2025.

Desembargador de Contas Antonio Renato Alves Rainha

Auditoria Realizada por Outros Órgãos: PROCESSO Nº 00600-00002931/2025-31-e - Despacho Singular Nº 91/2025, Representação: PROCESSO Nº 00600-00001437/2025-59-e - Despacho Singular Nº 90/2025, Representação: PROCESSO Nº 7232/2006-e - Despacho Singular Nº 92/2025, Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão: PROCESSO Nº 00600-00000899/2020-44-e - Despacho Singular Nº 94/2025, Regularização de Débito: PROCESSO Nº 00600-00000536/2024-32-e - Despacho